

Brasil reinicia as negociações em Paris

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

O chefe da assessoria internacional do Ministério da Fazenda, embaixador Rubem Barbosa, inicia hoje, em Paris, para onde viajou ontem à noite, contatos com os novos governos credores no âmbito do Clube de Paris para propor uma prorrogação, por mais 90 dias, do acordo de reescalamento do débito brasileiro que vence no próximo dia 30. É a primeira viagem de um representante do governo ao Exterior para negociar com credores desde a posse de Bresser Pereira. Barbosa vai argu-

mentar que houve uma mudança na equipe econômica — Ministério da Fazenda e Banco Central —, o que atrasou a elaboração do plano econômico do governo, que agora está sendo montado por outra equipe, com idéias não muito semelhantes, sendo impossível, por falta de tempo, preparar o plano e submetê-lo à apreciação do FMI e dele obter uma avaliação até o dia 20 de julho, data marcada pelo Clube de Paris para examinar o caso brasileiro.

Barbosa levou a Paris uma síntese dos pontos principais do "Plano de consistência macroeconômica" em elaboração no Ministério da Fa-

zenda, com promessa de que ele será divulgado a todo o País no mais tardar dentro de duas semanas e imediatamente será levado à consideração da equipe técnica do FMI para efeito de uma análise e posterior manifestação ao Clube de Paris.

Nas entrevistas que pretende manter hoje e amanhã em Paris, Rubem Barbosa, que estará de volta na próxima segunda-feira, pretende explicar o ponto de vista da nova equipe econômica sobre a negociação com os bancos privados credores, as condições para a suspensão da moratória e as necessidades do balanço de pagamentos do País para o corrente

ano, em termos de dinheiro novo.

Uma questão que também será abordada diz respeito à manutenção, pelos governos credores, da interrupção do fluxo de recursos externos para o País. Embora não tenha sido uma decisão formalizada, a interpretação do governo brasileiro é de que, ao fechar a negociação com o Clube de Paris, em 19 de janeiro deste ano, ficou implícita a retomada dos financiamentos por parte das instituições governamentais, o que não aconteceu.

Brasília não aceita o argumento de que os empréstimos não foram reiniciados porque não se formaliza-

ram os acordos bilaterais, lembrando que entre janeiro de 1985 e maio de 1986 o Brasil manteve suspensos os pagamentos das amortizações e dos juros às instituições oficiais, porém ainda assim o Eximbank dos Estados Unidos e o do Japão continuaram a manter o fluxo normal de empréstimos.

A razão principal, no entendimento do governo brasileiro, é a moratória declarada pelo País em 20 de fevereiro, embora formalmente não deva haver relação entre as duas coisas. Resta, no entanto, a impressão de que o restabelecimento do fluxo de

financiamento governamental, na escala desejada pelo Brasil, somente se dará após a suspensão da moratória e a negociação com os bancos privados, embora haja o risco de uma extensão da moratória às instituições governamentais.

A área econômica do governo está otimista quanto à prorrogação do prazo de reescalamento da dívida brasileira junto ao Clube de Paris. Os governos credores estão acompanhando o esforço do governo de montar um plano consistente, com metas trimestrais que possam ser acompanhadas.